

Ata nº.069 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de junho de 2025; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a presença online do consultor em investimentos HENRIQUE. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de junho de 2025 é de R\$ 1.717.443,77, onde, R\$ 1.647.402,86 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 70.040,91 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transcrito da análise da carteira, disponibilizada em 17/07/2025, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: *"No Brasil, a inflação medida pelo IPCA subiu 0,24% em junho, levemente acima das expectativas do mercado, acumulando 2,99% no ano e 5,35% em 12 meses, acima do teto da meta. O principal responsável pelo aumento foi a energia elétrica, que subiu 2,96% no mês, puxada principalmente pela bandeira tarifária vermelha. Por outro lado, o grupo Alimentação e bebidas apresentou queda com a redução dos preços do arroz, ovos e frutas. Nos outros grupos, Transportes também registrou alta apesar da queda nos combustíveis. Serviços em geral aceleraram em junho. Ainda sobre o Brasil, nessa semana, o governo dos Estados Unidos através de um comunicado publicado pelo presidente Donald Trump, informou que as exportações brasileiras destinadas ao mercado norte americano sofreriam uma taxa de 50% para acessar o mercado da população americana. Como efeito imediato, algumas empresas brasileiras que possuem como principal comprador, os Estados Unidos, sentiram os efeitos ao verem as projeções futuras se tornarem imprecisas. Na Ásia, a inflação ao consumidor da China referente ao mês de junho subiu 0,1% na janela de 12 meses, após três meses de queda, impulsionada por estímulos ao consumo e menor tensão comercial com os EUA dado avanços e reduções tarifárias em relação aos patamares anteriores acima dos 100%. Itens não alimentares registraram leves altas, enquanto os preços dos alimentos caíram em ritmo mais brando. O núcleo da inflação avançou para 0,7%, a maior em 14 meses, mas os preços no mês ainda recuaram 0,1%. De volta aos Estados Unidos, a ata da última reunião de política monetária do FOMC, reiterou que a equipe avaliou que a economia dos EUA continua crescendo de forma sólida, com o mercado de trabalho mantendo-se forte e o desemprego em nível baixo, embora a inflação ainda esteja acima da meta. Apesar da redução de incertezas, especialmente com o recuo das tarifas no momento da reunião, os riscos à economia seguem presentes. Dado os fatos apresentados, o Comitê optou pela manutenção da taxa de juros entre 4,25% e 4,5%, destacando que futuras decisões dependerão da evolução dos dados econômicos e do equilíbrio de riscos. O compromisso com o pleno emprego e a meta de 2% de inflação foi reafirmado.*

Inflação (IPCA): A expectativa para 2025 recuou de 5,18% para 5,17%. Para 2026, foi mantida em 4,50%.

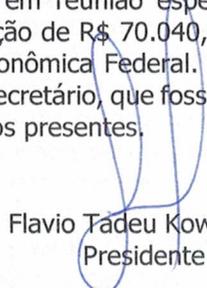
PIB: As projeções de crescimento permanecem inalteradas, com 2,23% em 2025 e 1,89% em 2026.

Câmbio: A estimativa para o dólar em 2025 passou de R\$ 5,70 para R\$ 5,65. Para 2026, recuou de R\$ 5,75 para R\$ 5,70.

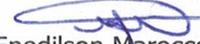
Selic: A taxa básica de juros segue projetada em 15,00% para 2025 e em 12,50% para 2026.

Na agenda econômica da semana, na segunda feira, dados do IBC-Br de maio, indicador antecedente do PIB brasileiro, e a leitura do PIB da segunda semestre da China, serão divulgados. Na terça feira, a publicação será dos índices de inflação ao consumidor referente ao mês de junho dos Estados Unidos, seguido pela inflação ao produtor, também dos Estados Unidos, na quarta. Na quinta, a inflação ao consumidor de junho da Zona do Euro também será divulgada. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e

o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Ações Livres. Para realocações, a recomendação é: resgate do CDI e do IRF-M 1 e aplicação em Ações Livres, Multimercado Exterior, BDR Nivel I, Fundo Imobiliário. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, procurando não expor a carteira do RPPS à volatilidade da renda variável e também destacando a preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de julho será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, Caixa FI Brasil RF DI LP CNPJ 03.737.206/0001-97. Buscando a estratégia de aplicação em renda variável e o enquadramento da carteira nos percentuais definidos na política de investimentos, o comitê de investimentos optou, após discussão e orientação do assessor de investimentos, que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de junho de 2025, juntamente com os valores resgatados dos fundos de ações do Banco do Brasil: **BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES CNPJ 07.882.792/0001-14; BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES CNPJ 29.258.294/0001-38; BB IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES CNPJ 00.822.059/0001-65**, serão aplicados no fundo **BRDESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES CNPJ 06.916.384/0001-73**. A aplicação indicada na ata anterior no Fundo **BB CONSTRUÇÃO CIVIL FIC AÇÕES CNPJ 09.648.050/0001-54**, não foi realizada devido a recomendação da análise do fundo para a não concentração dos investimentos em um único setor. Os pareceres do comitê de investimentos dos meses de janeiro a junho de 2025 serão elaborados e analisados em reunião específica a ser agendada pelo presidente do comitê. O valor da taxa de administração de R\$ 70.040,91, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.


Flavio Tadeu Kowaleski
Presidente


José Luis Ribeiro de Leon
Membro titular


Enedilson Marocco
Secretário


Lisiane Gonçalves
Membro titular

Ata nº.069 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV

Ata nº.069 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste - SGOPREV. Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste - SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, LISIANE GONÇALVES, ENÉDILSON MAROCCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de junho de 2025; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a presença online do consultor em investimentos HENRIQUE. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de junho de 2025 é de R\$ 1.717.443,77, onde, R\$ 1.647.402,86 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 70.040,91 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transcrito da análise da carteira, disponibilizada em 17/07/2025, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: *“No Brasil, a inflação medida pelo IPCA subiu 0,24% em junho, levemente acima das expectativas do mercado, acumulando 2,99% no ano e 5,35% em 12 meses, acima do teto da meta. O principal responsável pelo aumento foi a energia elétrica, que subiu 2,96% no mês, puxada principalmente pela bandeira tarifária vermelha. Por outro lado, o grupo Alimentação e bebidas apresentou queda com a redução dos preços do arroz, ovos e frutas. Nos outros grupos, Transportes também registrou alta apesar da queda nos combustíveis. Serviços em geral aceleraram em junho. Ainda sobre o Brasil, nessa semana, o governo dos Estados Unidos através de um comunicado publicado pelo presidente Donald Trump, informou que as exportações brasileiras destinadas ao mercado norte americano sofreriam uma taxa de 50% para acessar o mercado da população americana. Como efeito imediato, algumas empresas brasileiras que possuem como principal comprador, os Estados Unidos, sentiram os efeitos ao verem as projeções futuras se tornarem imprecisas. Na Ásia, a inflação ao consumidor da China referente ao mês de junho subiu 0,1% na janela de 12 meses, após três meses de queda, impulsionada por estímulos ao consumo e menor tensão comercial com os EUA dado avanços e reduções tarifárias em relação aos patamares anteriores acima dos 100%. Itens não alimentares registraram leves altas, enquanto os preços dos alimentos caíram em ritmo mais brando. O núcleo da inflação avançou para 0,7%, a maior em 14 meses, mas os preços no mês ainda recuaram 0,1%. De volta aos Estados Unidos, a ata da última reunião de política monetária do FOMC, reiterou que a equipe avaliou que a economia dos EUA continua crescendo de forma sólida, com o mercado de trabalho mantendo-se forte e o desemprego em nível baixo, embora a inflação ainda esteja acima da meta. Apesar da redução de incertezas, especialmente com o recuo das tarifas no momento da reunião, os riscos à economia seguem presentes. Dado os fatos apresentados, o Comitê optou pela manutenção da taxa de juros entre 4,25% e 4,5%, destacando que futuras decisões dependerão da evolução dos dados econômicos e do equilíbrio de riscos. O compromisso com o pleno emprego e a meta de 2% de inflação foi reafirmado. **Inflação (IPCA):** A expectativa para 2025 recuou de 5,18% para 5,17%. Para 2026, foi mantida em 4,50%. **PIB:** As projeções de crescimento permanecem inalteradas, com 2,23% em 2025 e 1,89% em 2026. **Câmbio:** A estimativa para o dólar em 2025 passou de R\$ 5,70 para R\$ 5,65. Para 2026, recuou de R\$ 5,75 para R\$ 5,70. **Selic:** A taxa básica de juros segue projetada em 15,00% para 2025 e em 12,50% para 2026. Na agenda econômica da semana, na segunda feira, dados do IBC-Br de maio, indicador antecedente do PIB brasileiro, e a leitura do PIB da segunda semestre da China, serão divulgados. Na terça feira, a publicação será dos índices de inflação ao consumidor referente ao mês de junho dos Estados Unidos, seguido pela inflação ao produtor, também dos Estados Unidos, na quarta. Na quinta, a inflação ao consumidor de junho da Zona do Euro também será divulgada. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar*

prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Ações Livres. Para realocações, a recomendação é: resgate do CDI e do IRF-M 1 e aplicação em Ações Livres, Multimercado Exterior, BDR Nivel I, Fundo Imobiliário. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, procurando não expor a carteira do RPPS à volatilidade da renda variável e também destacando a preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de julho será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, Caixa FI Brasil RF DI LP CNPJ 03.737.206/0001-97. Buscando a estratégia de aplicação em renda variável e o enquadramento da carteira nos percentuais definidos na política de investimentos, o comitê de investimentos optou, após discussão e orientação do assessor de investimentos, que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de junho de 2025, juntamente com os valores resgatados dos fundos de ações do Banco do Brasil: **BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES CNPJ 07.882.792/0001-14; BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES CNPJ 29.258.294/0001-38; BB IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES CNPJ 00.822.059/0001-65**, serão aplicados no fundo **BRDESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES CNPJ 06.916.384/0001-73**. A aplicação indicada na ata anterior no Fundo **BB CONSTRUÇÃO CIVIL FIC AÇÕES CNPJ 09.648.050/0001-54**, não foi realizada devido a recomendação da análise do fundo para a não concentração dos investimentos em um único setor. Os pareceres do comitê de investimentos dos meses de janeiro a junho de 2025 serão elaborados e analisados em reunião específica a ser agendada pelo presidente do comitê. O valor da taxa de administração de R\$ 70.040,91, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.